

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

A herança colonial das “novas” operações de paz da ONU [The colonial legacy of the "new" peacekeeping UN]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Fernández Moreno, Marta
Publisher	UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-06-24 02:47:29
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/234454

A HERANÇA COLONIAL DAS “NOVAS” OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Marta Fernández Moreno (PUC-Rio)

INTRODUÇÃO

No contexto de exagerado otimismo que caracterizou o fim da Guerra Fria decorrente da superação das tensões ideológicas entre Estados Unidos e a União Soviética, a Organização das Nações Unidas (ONU) experimentou uma mudança na natureza das suas operações de paz, as quais passaram a estar cada vez mais comprometidas com a reconstrução de Estados fragmentados por guerras civis.

Enquanto as missões de *peacekeeping* clássicas da ONU durante a Guerra Fria envolviam forças multinacionais levemente armadas que ajudavam a observar e a manter os acordos de cessar fogo entre os combatentes, no contexto do pós-Guerra Fria estas operações passaram a envolver um escopo muito mais vasto de atividades e atores. As atividades das “novas” operações de construção de Estados são abrangentes e variam de país para país, mas geralmente envolvem: desmobilização e integração dos antigos combatentes à sociedade civil, fornecimento de ajuda financeira, assistência humanitária, organização e fiscalização de eleições, repatriação de refugiados, reconstrução da estrutura física dos países, monitoramento dos direitos humanos, reestruturação do sistema judiciário e reforma legislativa. Além disso, estas operações contam com uma vasta gama de atores internacionais, tais como: organizações não-governamentais, instituições financeiras internacionais, agências de desenvolvimento, e organizações regionais e internacionais (Paris, 1997, 2002). Essas “novas” operações não estão voltadas apenas para impedir que os antigos inimigos reiniciem o conflito, mas, também, têm a pretensão de lidar com as causas profundas do mesmo, evitando sua retomada por meio da recriação das instituições centrais do Estado e da sociedade (Call; Cook, 2003).

Nesse sentido, a paz que o processo de reconstrução de Estados se propõe a instaurar não é negativa, ou seja, caracterizada pela mera cessação das hostilidades físicas entre os combatentes, mas dirige a atenção para a erradicação das novas fontes de insegurança, tais como a econômica, a social e a ambiental, ao mesmo tempo em que ressalta a interdependência entre tais dimensões. Por conseguinte, estas operações partem de um conceito ampliado de segurança não

mais vinculado exclusivamente a dimensão militar, como ocorria durante a Guerra Fria, e não mais focado no Estado, uma vez que voltado para a “humanidade”¹.

Na maior parte da literatura sobre as “novas” operações de paz da ONU, tais práticas são percebidas como um sinal de progresso e de “humanização” da política mundial. Segundo Roland Paris (1997), isto ocorre na medida em que tal processo é apresentado como mais consensual e multilateral do que os anteriores, desprovido de quaisquer objetivos exploratórios, dotado de um prazo determinado, levado a cabo com a participação da população do Estado alvo e, até mesmo, como um ato “caritativo” empreendido por parte da “comunidade internacional” em nome dos direitos da humanidade.

AS (DES) CONTINUIDADES DAS “NOVAS” OPERAÇÕES DE PAZ

O argumento central do ensaio é o de que as “novas” operações de paz da ONU são informadas por um velho discurso logocêntrico² evidente desde os tempos coloniais. Continua em vigor, portanto, a estratégia colonial de estabelecer fronteiras entre o “Eu” e o “Outro”, o “moderno” e o “tradicional”, a “ordem” e a “desordem”.

Argumenta-se que a construção discursiva das sociedades alvo de tais operações como “atrasadas”, “falidas” ou “pré-modernas” vem criando as condições de possibilidade para as operações de paz conduzidas pelas Nações Unidas em nome da “salvação”, do “progresso” e da “modernização” de tais sociedades.

Nesse sentido, a produção da **descontinuidade**/inovação das operações de paz em relação ao passado colonial depende da construção da **continuidade** das sociedades alvo de tais operações vistas como sujeitas a conflitos ancestrais de natureza endógena, ligados a um passado pré-colonial; revelando, desse modo, uma dependência mútua entre as identidades “moderna” e “tradicional”.

¹ O termo “novas” operações de paz será utilizado nesse ensaio como um termo genérico para se referir a uma ampla variedade de missões que a ONU passou a conduzir no momento do pós-Guerra Fria e que não pareciam se encaixar no modelo tradicional de *peacekeeping* (ver Paris, 2004).

² Derrida denomina de “logocentrismo” a predisposição para produção de dicotomias tidas como naturais, auto-evidentes, tais como colonizador/colonizado, e que vêm acompanhadas, freqüentemente, de julgamentos morais do que é bom e mau (Derrida, Jacques: *A Escritura e a Diferença*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1967).

O ensaio sugere que o reconhecimento do caráter híbrido das sociedades pós-coloniais nos permite desestabilizar o discurso logocêntrico subjacente às “novas” operações de paz da ONU. Entendemos que as sociedades sujeitas às “novas” operações de paz da ONU só podem ser produzidas como “tradicionais” e os seus conflitos como “imutáveis” e “endógenos” se silenciarmos acerca de um discurso alternativo, o qual aborda o impacto dos processos e atores globais sobre os mesmos³.

TEMPORALIZANDO A DIFERENÇA SOMALI

O presente ensaio iluminará o discurso dos Estados Unidos em relação à Somália e aos somalis no contexto da UNITAF (*United Task Force*), conhecida pela alcunha “Operação Restaurar a Esperança”. Essa operação, estabelecida por meio da resolução 794 do Conselho de Segurança da ONU de dezembro de 1992 e levada a cabo sob o comando dos Estados Unidos, encarregou-se de garantir o acesso à ajuda humanitária ao povo somali por meio do envio massivo de tropas norte-americanas.

A percepção de que os Estados Unidos deveriam ter uma participação mais ativa na Somália foi expressa pelo presidente Bush após o embaixador norte-americano no Quênia, Smith Hempstone, ter lhe apresentado, em maio de 1992, um relato dramático das condições de devastação e de fome de um campo de refugiados somalis por ele visitado na fronteira entre o Quênia e a Somália (ver Tripodi, 1999; Kansteiner, 1996). Todavia, foi somente a partir do final de junho de 1992 que o alerta da fome na Somália foi acionado nos Estados Unidos uma vez que o apuro da população somali começou a ganhar destaque na cobertura da mídia. As reportagens da CNN (*Cable News Network*) chamando a atenção para a fome nas áreas do sul e do centro da Somália foram reforçadas a partir de julho de 1992 por diversos artigos da jornalista Jane Perlez no *New York Times* que, desde Boidoa, no sul agrícola da Somália, estimularam outras mídias a cobrir a mesma estória (Kansteiner, 1996; Petterson, 2000; Sahnoun, 2005). Desde então,

³ De acordo com Darby (2008), a violência que é comumente apresentada como tendo causas endógenas, não pode ser explicada adequadamente com referência às formações culturais locais ou ao fenômeno dos Estados “falidos”, mas suas raízes podem ser traçadas aos governos coloniais que criaram novas divisões no marco das sociedades tradicionais e exacerbaram as velhas, acentuando identificações étnicas e religiosas.

imagens de somalis imersos em carnificina e fome passaram a causar desconforto, especialmente, nas audiências ocidentais.

Argumenta-se aqui que o discurso de Bush sobre o conflito na Somália simplifica a complexidade da sociedade somali, ao dividi-la entre culpados e vítimas.⁴ Enquanto a origem do conflito somali não é mencionada nos discursos de Bush, as causas da reprodução e da intensificação da fome na Somália são localizadas nas gangues armadas, as quais vinham impedindo que a ajuda humanitária chegasse aos seus destinatários. Todavia, enquanto o Secretário-Geral da ONU enfatizava a necessidade de desarmar tais gangues, não existia nos discursos de Bush qualquer menção a tal necessidade.

Argumenta-se nesse ensaio que tal silêncio se deveu à idéia amplamente veiculada na mídia norte-americana de que o problema da Somália não residiria nas armas *per se*, adquiridas, sobretudo, das superpotências durante a Guerra Fria, mas, sim, no encontro dessas armas modernas com ódios clânicos ancestrais. Nesse sentido, o problema desde tal visão não estaria localizado, primordialmente, na condição estrutural de ausência de governo na Somália e na conseqüente descentralização dos meios coercitivos, mas, sim, no caráter violento da cultura clânica somali inalterável desde os tempos pré-modernos.

ETERNIZANDO A FOME SOMALI NUM TEMPO PRÉ-MODERNO

A fome na Somália foi lida como derivada da guerra civil ativada depois da queda do ditador Siad Barre em 1991. No entanto, essa guerra foi narrada pela mídia norte-americana como uma mera reincidência, talvez de maiores proporções, de rivalidades advindas de uma Somália pré-moderna. E ao conferir tal tratamento racista ao conflito, a fome foi, por conseqüência, despolitizada e eternizada junto com conflito. Essa visão fica clara no artigo de Keith Richburg publicado no *The Washington Post* em 9 de dezembro de 1992, o qual explica a fome somali da seguinte maneira: “[I]n Somalia, clan warfare seems doubly senseless since it has turned what was once a nation into a land of mass starvation where the economy has collapsed and chaotic streets are ruled by marauding gunmen”. E mais adiante, o jornalista complementa: “[T]he clan feuds help to

⁴ Essa é a racionalidade que, segundo Jabri (2010), vem informando as operações policiais cosmopolitas.

explain why there is a famine here in the first place, and why it will prove difficult to put the puzzle of Somalia back together again”.

O mesmo embaixador, Hempstone, quem havia alertado Bush para a situação deplorável dos somalis quando visitou um campo de refugiados na fronteira do Quênia, advertiu o Departamento de Estado no dia 06 de dezembro de 1992, por meio de um telegrama,⁵ a não “*embrace the Somali tar baby*”. Para Hempstone (1992), os Estados Unidos deveriam abster-se de enviar tropas e de sofrer baixas nas mãos de “*natural-born guerrillas*”. Nas palavras do embaixador (1992, grifo meu): “*Somalis, as the Italians and British discovered to their discomfiture, are natural-born guerrillas. They will mine the roads. They will lay ambushes. They will launch hit and run attacks. They will not be able to stop the convoys from getting through. But they will inflict--and take—casualties*”. A idéia de que os somalis eram “guerreiros naturais” foi reproduzida por John Drysdale, ativista de direitos humanos, na fase final do envolvimento da ONU na Somália, quando disse: “*Somalis know all about tactics, and are natural fighters. It is second nature to surround and ambush effectively*” (*apud* Petterson, 2000:77, grifo meu).

Localizando a causa do caos no comportamento inato dos Somalis, Hempstone reproduziu o tom racista das declarações italianas do século XIX quando disse no telegrama:

Finally, what will we leave behind when we depart? The Somali is treacherous. The Somali is a killer. The Somali is as tough as his country, and just as unforgiving. The one "beneficial" effect a major American intrusion into Somalia is likely to have may be to reunite the Somali nation: against us, the invaders, the outsiders, the kaffirs (unbelievers) who may have fed their children but also have killed their young men. ... In the old days, the Somalis raided for camels, women and slaves. Today they raid for camels, women, slaves and food.

Se, durante a tutela italiana sobre a Somália no pós-guerra, os somalis deixaram de ser representados como biologicamente e inatamente inferiores e passaram a ser representados, sobretudo, como culturalmente atrasados, Hempstone volta a empregar, tal como nos tempos coloniais, adjetivos pejorativos (traíçoeiros, assassinos, agressivos) para caracterizar a natureza dos somalis. A partir dessa naturalização do conflito, Hemsptone não prevê qualquer solução de

⁵ O telegrama foi dirigido ao subsecretário de Estado, Frank Wisner. Excertos do mesmo foram publicados no *U.S. News & World Report*, de 06 de dezembro de 1992.

curto-prazo para o mesmo, mas um envolvimento indeterminado no país. Tendo constatado que o problema da Somália exigiria uma atuação deveras duradoura e dispendiosa por parte dos Estados Unidos, Hempstone se posiciona a favor da inação se valendo das duras palavras: *“Leave them alone, in short, to work out their own destiny, brutal as it may be”*.

UNITAF: UMA OPERAÇÃO EMERGENCIAL

Ainda que o presidente Bush não tenha seguido o conselho de Hempstone de deixar a Somália à sua própria sorte, ele vai optar por um envolvimento limitado por meio do qual os Estados Unidos seriam guiados pelo propósito humanitário mínimo de, apenas, alimentar os somalis. O objetivo era o de garantir um ambiente seguro para a distribuição de ajuda humanitária para que o centro e o sul da Somália pudessem vencer a fome (Tripodi, 1999). Segundo o presidente norte-americano declarou num discurso de 04 de dezembro de 1992: *“Our mission has a limited objective: To open the supply routes, to get the food moving, and to prepare the way for a U.N. peacekeeping force to keep it moving. The operation is not open-ended. We will not stay one day longer than is absolutely necessary”*. Mais adiante ele volta a enfatizar com outras palavras a natureza do propósito limitado dos Estados Unidos na Somália: *“To the people of Somalia I promise this: We do not plan to dictate political outcomes. (...) We come to your country for one reason only, to enable the starving to be fed”*. Por conseguinte, a operação passa a ser produzida como uma operação apolítica, técnica; voltada para um objetivo único: o de alimentar a população somali a fim de “salvar vidas”.

Argumenta-se aqui que o discurso acerca da imutabilidade do conflito somali criou as condições de possibilidade para esse envolvimento pontual por parte dos Estados Unidos, cujo foco exclusivo era o de garantir o acesso do faminto à comida e, daí, garantir a sua mera sobrevivência. Nesse sentido, os Estados Unidos se propunham a lidar apenas de uma forma emergencial com os efeitos do conflito e, não, com as causas do mesmo. Argumenta-se nesse ensaio que em função da construção discursiva do conflito como enraizado na natureza da cultura somali ou dos próprios somalis, o conflito foi entendido como precisando de muitas gerações para se solucionado. Segundo Madeleine Albright colocou num artigo do *New York Times* de 10 de agosto de 1993: *“[P]eace cannot be made overnight. It*

will take time for people who have been shooting at each other to start trusting each other”.

A natureza emergencial da intervenção dos Estados Unidos na Somália aparece de forma clara numa metáfora utilizada pelo presidente Clinton no seu discurso do dia 07 de outubro de 1993, onde ele recorda os motivos iniciais da missão do seu país na Somália. Nesse discurso, o presidente faz uma analogia entre a ação norte-americana com uma ação de resgate de pessoas inocentes numa casa em chamas: *“In a sense, we came to Somalia to rescue innocent people in a burning house. We’ve nearly put the fire out, but some smouldering embers remain. If we leave them now, these embers will reignite into flames, and people will die again”.*

Sugiro aqui que o discurso acerca da continuidade ou da imutabilidade do conflito somali criou as condições de possibilidade para a tamanha hesitação por parte da Administração Bush de se envolver no mesmo, pois como Robin Wright (1993) colocou no *Los Angeles Times*: *“most analysts agree that there is virtually no chance that mediators can end the clan rivalries that date back to the nomadic origins of the clan themselves”.* Segundo o acadêmico Paul Diehl, a visão popular entre os diplomatas internacionais na Somália era que o conflito ainda não era maduro de solução ou que: *“[T]he Somalis (...) just hadn’t grown adequately weary of war yet and perhaps needed a decade or two (...) before they were ready to sit at the negotiating table in good faith”* (Diehl, 1994:57).

Nesse quadro, o desafio de reconstrução de Estado foi deixado para a UNOSOM II que substituiu a UNITAF por meio da resolução 814 de março de 1993. Como nos mostra Tripodi (1999), a posição de Boutros-Ghali divergiu da posição de Bush desde o início, já que o Secretário-Geral insistiu na necessidade de uma força internacional voltada para a tarefa de desarmar as facções somalis e de promover o *“nation-building”*. Todavia, tais demandas não foram acolhidas pelo Secretário de Defesa, Dick Cheney, para quem o desarmamento ativo não deveria ser parte da UNITAF (Tripodi, 1999). Essa disputa de visões entre os Estados Unidos e a ONU foi o que permitiu que os primeiros tivessem considerado a operação um sucesso, já que, segundo o discurso dominante sobre a UNITAF, ela conseguiu, de fato, “vencer” a fome somali.

Voltamos então ao argumento aqui elaborado de que o desarmamento não foi perseguido pelos Estados Unidos justamente devido à crença discursivamente construída de que a militarização do país durante a Guerra Fria não era um

problema em si, já que o que explicava o conflito somali era o fato das armas modernas terem caído nas mãos de somalis movidos por animosidades ancestrais. De acordo com a antropóloga Besteman (1999:4), o discurso dominante representa o conflito somali como dando continuidade à: “*Stone Age ancestral clan rivalries, but with Star Wars military technology*”. Scott Petterson, jornalista do jornal *London’s Daily Telegraph* apresenta uma visão informada por tal lógica no livro “*Me Against My Brother. At War in Somalia, Sudan, and Rwanda. A Journalist Reports from the battlefields of Africa*” quando diz:

I wanted to understand ‘these people’ – these ancient nomadic warriors and peacemakers – who were thrown by default into a new era in which the measured calculus of killing with a spear had been displaced by weapons of much greater efficiency. This dangerous cocktail was, curiously, both ancient and modern and it mixed medieval demands for vengeance with today’s disturbing ability to thoughtlessly kill vast numbers of people. This disease is not limited to Somalia. Several African states (...) have been similarly driven to battle for ethnic or tribal differences. In Africa it has always been so, but has proved all the more potent when destructive firepower is easier to find than food and when government disappears or is complicit (Petterson, 2000:6-7).

Conforme a narrativa de Petterson, portanto, foi esse “coquetel perigoso” formado pela mistura de demandas medievais por vingança com armas modernas e eficientes que gerou a “doença” somali. Mais adiante, Petterson (2000:7) volta a expressar a mesma lógica quando diz: “*It was the efficient modern methods of taking life –in such hard-worn and pitiless hands –that complicated the equation. Because Somalis are (...) as hard as their country*”.

Krauthammer, em dezembro de 1992, também expressa essa idéia quando declara num artigo do *The Washington Post*: “*The United States and the Soviet Union shipped M-16s and AK-47s to every corner of the Earth. Yet only in Somalia have the guns been used for cruelty beyond barbarism: stealing food from the mouths of starving children*”. Outro artigo publicado no mesmo jornal um ano depois por John Burgess (1993) expressa uma visão coincidente quando coloca: “*ancient clan enmity, pursued with modern weapons that are so abundant in Somalia, is at the root of the country’s conflict*”.

É interessante notar que a visão exposta acima - de que as armas modernas teriam apenas acentuado um conflito derivado de ódios ancestrais- já se

encontrava embrionariamente presente nos prognósticos feitos pelo explorador inglês Richard Burton sobre os somalis: “*At present, a man armed with a revolver would be a terror to the country; the day, however will come when the matchlock will supersede the assegai, and then the harmless spearman is his strong mountains will become (...) a formidable foe*” (Burton, 1984:88).

Assim, ora destacando a natureza violenta dos somalis ora destacando o caráter violento da cultura clânica somali, argumenta-se que o discurso dominante nos Estados Unidos atribuía ao conflito uma dimensão meramente endógena, isto é, sem qualquer conexão com o colonialismo e com o Estado pós-colonial vivenciados pela Somália. E, ao fazê-lo, relacionavam o conflito a um passado pré-moderno, temporalizando a violência, a qual passava a ser vista como símbolo do atraso da sociedade somali.

Besteman (1996) argumenta que por meio do discurso dominante, a Somália apenas simulou ser um Estado quando, de fato, permaneceu tribal. Daí, segundo Besteman (1996), se imaginou a Somália retornando desde um pseudo-Estado para uma organização social baseada em laços de parentesco. Tal visão é claramente colocada, por exemplo, no artigo de Richburg do *The Washington Post*, de setembro 1992, segundo o qual: “*As rebels opposing Barre closed in on the capital, the artificial Somali state unravelled, and Somalis were left in essentially their pre-colonial condition -a collection of regionally based clans, newly laden with modern arms*”.

E, assim, o discurso dominante retratava o conflito somali como derivado de rivalidades pré-coloniais que voltaram a explodir no cenário do pós-Guerra Fria (ver Besteman, 1996). Em conformidade com tal visão, as notícias sobre o conflito somali enfatizavam a idéia de que após a queda de Barre o que de fato sucedeu foi o reaparecimento das velhas rivalidades clânicas, congeladas no tempo. No rastro da queda de Barre, Scott Petterson (2000:15) observou: “*The power vacuum was readily filled by the ferocious ghosts of Somali warriors past*”. Essa visão também foi compartilhada, por exemplo, por Sophronia Gregory que escrevendo no *Time Magazine* em dezembro de 1992 argumentou que: “[*A] divisiveness has infected them [the Somalis] since ancient times, when rival groups laid claim to the same wells and grazing lands*”. Também em dezembro de 1992, mas no *Chicago Tribune*, Liz Sly temporaliza o conflito, todavia, localizando-o não no passado da própria Somália, mas, curiosamente, no passado europeu, já que a jornalista

argumenta que a Somália estaria regressando à “Idade Média”. Sly se vale, portanto, de uma referência temporal europeia para julgar a condição da Somália no final de 1992 ao dizer: “*Within days, Siad Barre fell and Somalia began its long and bloody decline into a state of anarchy unprecedented in recent history. Over the next two years, vicious clan fighting reduced downtown Mogadishu to rubble and plunged the city back into the **Middle Ages***”⁶.

A representação do conflito somali como um conflito pré-moderno, por sua vez, criou as condições de possibilidade para o seu entendimento como intratável e, conseqüentemente, para a atitude distante dos Estados Unidos em relação ao mesmo bem como para a sua retirada prematura do conflito. Afinal, no dia 11 de outubro de 1993, ou seja, pouco depois do incidente dos soldados norte-americanos arrastados pelas ruas de Mogadíscio - estopim para a retirada dos Estados Unidos do conflito -, o jornalista Wright argumentou sobre a impossibilidade de se resolver um conflito que tem suas origens no sistema clânico. A culpa pelo conflito somali acabou sendo atribuída, portanto, unicamente a fatores endógenos relacionados ao atraso do modo de vida somali e, mais especificamente, a facções e líderes hostis que por estarem embebidos nessa cultura violenta são tidos como resistentes aos múltiplos esforços de paz intentados pelos agentes externos.

Usualmente entendido como um conflito com causas meramente endógenas, diversos artigos se referem ao mesmo como um “suicídio nacional” (ver, por exemplo, Editorial Desk, *The New York Times*, fevereiro, 1992). Tal visão foi, em grande medida, introduzida por Jane Perlez que, num artigo para o *The New York Times* em 29 de dezembro de 1991, definiu a guerra civil em Mogadíscio do seguinte modo: “*Far more than a month now, Mogadishu (...) has been enveloped in a **mad swirl of self-genocide***”⁷.

A imagem do suicídio, por sua vez, nos sugere uma forma de violência irracional e antinatural, tendo em vista que ações suicidas ou, como chamadas por Perlez, “autogenocidas”, entram em contradição com a lógica do contrato social hobbesiano internalizada nos Estados ocidentais, segundo a qual, os indivíduos se submetem ao Estado em função do medo que sentem da morte violenta e inesperada, motivação aparentemente ausente entre os somalis. Nesse sentido,

⁶ Grifo meu.

⁷ Grifo meu.

argumenta-se que tais ações suicidas são deslocadas para o espectro da anormalidade, não sendo passíveis de explicação e entendimento racionais. Tão logo o governo de Barre foi deposto, um artigo na *Time Magazine* descrevia o conflito da seguinte maneira:

The rebel factions have no political program; the only principle that unites them is their hatred of Siad Barre and their determination to oust him. Their organizations are completely clan-based and are divided by hundreds of years of intramural fighting. With no restraining influences from abroad and the superpowers attending to other concerns, Somalia's future is likely to be sadly similar to its bloody past (Nelan, Mcallister, Mutiso, 1991).

De acordo com tal artigo, portanto, as facções somalis que depuseram Barre careciam de programa político e, no rastro de tal deposição, estavam destinadas a, apenas, dar seguimento a séculos de lutas clânicas; fazendo do presente uma mera reprise de um “passado sangrento”. Em outubro de 1992, Richburg definiu, no *The Washington Post*, o conflito na Somália de forma similar: “*a dirty little war with no borders, no real armies and no particular meaning behind the chaos*”.

A leitura dominante do conflito, a qual o representa como “sem sentido” e “suicida”, o despolitiza. A atribuição de irracionalidade ao “Outro”, por sua vez, ajuda a construir a “racionalidade” dos atores externos representados como salvadores e condutores de ordem e de organização para uma sociedade desestruturada e descontrolada.

DESESTABILIZANDO O “TRADICIONALISMO” POR MEIO DA ABORDAGEM PÓS-COLONIAL

Esse item final visa desestabilizar o “tradicionalismo” e “continuismo” da sociedade e do conflito somalis por meio de uma abordagem pós-colonial. Será utilizada aqui a chamada terceira fase do pós-colonialismo⁸, caracterizada pela virada lingüística e cultural experimentada no final dos anos 70, e associada com os trabalhos de Edward Said⁹, Chakravortky Spivak e Homi Bhabha, entre outros

⁸ Para saber sobre as três fases do pós-colonialismo ver em Krishna, 2009; Darby e Paolini, 1994.

⁹ Nem sempre Said é alocado na terceira fase do pós-colonialismo. Para uma visão alternativa ver Darby e Paolini (1994) os quais incluem Said no segundo movimento pós-colonial.

(ver Krishna, 2009). O capítulo se concentrará, contudo, no discurso pós-colonial do crítico literário indiano, Bhabha.

Nesta terceira fase, o pós-colonialismo se afasta das suas fundações intelectuais marxistas e se aproxima do pós-estruturalismo, inspirando-se em Foucault e Derrida¹⁰, passando a reconhecer o caráter discursivo do social (Krishna, 2009; Costa, 2006). Dentre os pontos em comum entre estas duas perspectivas, destaca-se aqui a crítica feita por ambas às oposições binárias e, daí, a suspeita do essencialismo contido, por exemplo, nas noções de classe, raça e nação bem como às grandes narrativas de emancipação (Krishna, 2009, Manzo, 1999)¹¹.

As teorias liberais que informam as “novas” operações de paz são estruturadas a partir de uma série de oposições binárias com uma longa história no pensamento ocidental, tais como: moderno vis-à-vis tradicional, liberal vis-à-vis não liberal ou desenvolvido vis-à-vis subdesenvolvido (ver Lidén, 2009). A tarefa pós-colonial é justamente a de evidenciar tais polaridades, as quais constroem no plano discursivo e legitimam no plano político uma relação assimétrica entre o Ocidente e o seu “Outro” (Costa, 2006). O mérito da perspectiva pós-colonial reside no fato de que ela nos permite desconstruir tais polaridades acima mencionadas, as quais seguem orientando a produção de conhecimento e a intervenção política mesmo depois da extinção do colonialismo formal (ver Costa, 2006).

Para tal fim, não basta, como nos alerta Manzo (1999), simplesmente inverter o binarismo convencional em prol da categoria até então depreciada. O logocentrismo não pode ser desafiado tratando as categorias de uma oposição conceitual como autônomas e buscando nas mesmas a fonte original do bem e da verdade, mas sua contestação depende de uma atitude crítica voltada para pensar o presente historicamente, a qual indaga, por exemplo, como um determinado binarismo veio à tona (Manzo, 1999). Nesse sentido, em conformidade com a visão de Derrida (2001), revela-se imprescindível a adoção de um gesto

¹⁰ A identificação de afinidades entre o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo, contudo, depende da interpretação de textos particulares, como bem nos alerta Manzo (1999).

¹¹ Assim, os esforços nacionalistas para descobrir uma identidade nativa autêntica são mais típicos do segundo movimento pós-colonialista, o qual continua operando a partir de um quadro de referência maniqueísta ao caracterizar a relação colonizado/colonizador em termos de oposições binárias, ainda que, agora, invertidas. Dentre os autores representantes deste segundo movimento, destacam-se: Albert Memmi e Frantz Fanon (ver mais em Manzo, 1999; Darby; Paolini, 1994).

historizador que desvele a violência política que deu origem a tais binarismos, os quais nada têm de naturais ou auto-evidentes.

Os caminhos aqui propostos, portanto, não se confundem com a idéia de “*native peacebuilding*”, ou seja, de apoio a formas tradicionais de resolução de conflitos em conformidade com práticas indígenas **nativas**¹² (ver Lidén, 2009). Informado por Derrida, o pensamento de Bhabha nos adverte contra este tipo de iniciativa, pois, para ele, o retorno para uma identidade nativa “pura” ou a busca por uma história nacional “autóctone”, “verdadeira” conduz a um etnocentrismo sob a forma de um racismo às avessas uma vez que reproduz a própria estrutura binária de significação (Kapoor, 2003). Nas palavras de Bhabha:

O extremismo odioso do nacionalismo sérvio prova que a própria idéia de uma identidade nacional pura, ‘eticamente purificada’, só pode ser atingida por meio da morte, literal ou figurativa, dos complexos entrelaçamentos da história e por meio das fronteiras culturalmente contingentes da nacionalidade moderna (Bhabha, 1997: 24).

Por meio da citação acima, Bhabha expõe não só os perigos, mas, também, a impossibilidade de se acessar uma identidade nacional pura ou originária (ver Kapoor, 2003).

Appadurai (1998) por sua vez, nos mostra que a própria idéia do “nativo” é uma invenção antropológica. Os “nativos” são, em geral, assumidos como aqueles que: “*represent their selves and their history, without distortion or residue*” (Appadurai, 1998:37). Todavia, tal autenticidade mítica dos “nativos” se constrói em oposição à complexidade e à diversidade das sociedades ditas “modernas”. Nas palavras de Appadurai (1998:37), os ocidentais se vêem à parte desse tipo de reivindicação por autenticidade: “*because we are enamored of the complexities of our history, the diversities of our societies, and the ambiguities of our collective existence*”. Além de construir identidades e histórias extremamente simples, sem ambigüidades e autóctones, a atribuição do rótulo “nativo” carrega clamores acerca da sua imobilidade física, mesmo que, como no caso de muitos somalis, por exemplo, esses “nativos” sejam nômades (ver Appadurai, 1998). Nesse sentido, os “nativos”, segundo Appadurai (1998:37): “*are not only people who are from certain places, and belong to those places, but they are also those who are*

¹² Os esforços nacionalistas para redescobrir uma identidade nativa autêntica são típicos do segundo movimento pós-colonialista (ver Lidén, 2009; Krishna, 2009).

somehow incarcerated, or confined, in those places”. Em contraposição a esses seres contidos, encarcerados e culturalmente isolados, situam-se os ocidentais. Assumindo durante o curso dos anos, os papéis de exploradores, de missionários, de antropólogos, de administradores e, hoje, poderíamos agregar, de agentes das “novas” operações de paz, os ocidentais foram concebidos como essencialmente móveis (ver Appadurai, 1998:37). E, assim, enquanto os nativos encontram-se imobilizados pelo pertencimento a um lugar, os ocidentais se auto-representam como: “*the movers, the seers, the knowers*” (Appadurai, 1998:37).

O ponto de Appadurai (1998) é que tais “nativos” que constam nos discursos ocidentais não constituem uma verdade verificável. Nas suas palavras: “*My general case is that natives, people confined to and by the places to which they belong, groups unsullied by contact with a larger world, have probably never existed*” (Appadurai, 1998:39). Appadurai (1998) nos mostra que os grupos que os antropólogos estudaram foram afetados, de alguma forma, pelo conhecimento de outros mundos com os quais eles aprenderam por meio das migrações, do comércio, da conquista e das narrativas indígenas. Do mesmo modo que Appadurai, Said reconhece que o imperialismo e a colonização dos séculos passados resultaram numa mistura irresistível de culturas, populações e idéias; o que faz com que, no mundo atual, as reivindicações de superioridade civilizacional ocidental ou de essências nativas sejam vistas como racistas e inatingíveis (Krishna, 2009). Nesse sentido, tanto Appadurai como Said e Bhabha, nos alertam para a inexistência de qualquer identidade “pura” ou “originária” e, por conseqüência, o pensamento desses autores pós-coloniais, nos ajudam a iluminar a falácia de qualquer processo de construção da paz assentado em práticas ditas “nativas”.

Esse ensaio, seguindo o argumento anti-essencialista desenvolvido por Bhabha, sugere que a condição pós-colonial não é nativa, tradicional ou pré-moderna, mas **híbrida**; o que contradiz as concepções nacionalistas de história e de comunidade (ver em Manzo, 1999; Bhabha, 2007).

De fato, estas sociedades pós-coloniais experimentaram uma história de presença colonial e de modernização que deu origem a uma nova formação cultural que não pode ser definida nem como moderna nem como pré-moderna, mas como híbrida. Isto ocorre porque, segundo Bhabha, qualquer tentativa de dominação ou colonização sempre carrega consigo a possibilidade de que o

original seja subvertido (Bhabha, 1997). A subversão em Bhabha está relacionada com o deslizamento do sentido dos signos (Costa, 2006). A ação criativa é aquela que subverte, redefine o signo, a partir de um lugar de enunciação deslocado dos sistemas de representação fechados (Costa, 2006). Não se trata de uma intervenção informada por um sistema de representação concorrente, mas feita desde um lugar fronteiro, de alguma maneira fora dos sistemas de significação totalizantes, e que é capaz, por isso, de introduzir inquietação e revelar o caráter fragmentário e ambivalente de qualquer sistema de representação (Costa, 2006).

De fato, a questão da distância entre as mensagens culturais transmitidas e a sua recepção e interpretação local ressoa como uma preocupação central da perspectiva pós-colonial (Lidén, 2009). A possibilidade de conversão do colonizado é permanentemente sabotada porque este não está inscrito numa *tabula rasa*, mas sim num terreno previamente ocupado; o que faz com que todas as tentativas de tradução contêm a possibilidade perigosa de não reconhecimento. Fica claro, portanto, que, em Bhabha, a hibridez não é definida a partir da mera combinação de duas ou mais entidades (modernidade e não modernidade ou global e local, por exemplo) refletindo parcialmente seus atributos, mas é um “terceiro espaço”, ou seja, algo qualitativamente diferente (ver em Krishna, 2009; Bhabha, 1997). O “terceiro espaço” é um “entre- lugares”, uma locação não dialética¹³ - não sendo, portanto, uma síntese - criada nos interstícios do imperialismo (Kapoor, 2003; Bhabha, 1997).

O reconhecimento do caráter híbrido das sociedades pós-coloniais nos permite desestabilizar o discurso dominante no âmbito das “novas” operações de paz, o qual continua, conforme foi visto a partir do exemplo da Somália, a reproduzir os binarismos e essencialismos coloniais e a identificar o “Outro” como “violento”, “atrasado”, “primitivo” e “falido”. De fato, como nos mostra Richmond (2010), quase todas as abordagens de construção da paz normalmente colocam que a agência internacional é boa enquanto que as agências locais são problemáticas. Segundo Richmond (2010:683): *“the space of the local, the everyday, and its attendant actors are often seen as sites of violence, poverty, illiberalism, and*

¹³ Da mesma forma, Derrida (2001) se opõe ao idealismo hegeliano tendo em vista que este busca suprimir as oposições binárias, resolvendo sua contradição numa síntese, ou num terceiro termo. Derrida, por sua vez, se opõe a qualquer tentativa de resolver, apaziguar ou reconciliar as ambigüidades.

resistance (...) rather than varied and dynamics sites of politics in their own right from which institutions may emerge”.

Vale notar que tanto os discursos sobre a identidade “pós-moderna” atribuída à “Nova Europa”, como sobre a “pré-moderna” atribuída aos Estados africanos, ressaltam o papel desempenhado pelos atores não-estatais, mas, enquanto no primeiro caso, esse caráter pluralista do Estado adquire uma conotação positiva, no segundo caso, as referências aos atores não-estatais sempre são feitas no sentido de reforçar o caráter caótico dos mesmos. Como nos lembra Crawford (1996), nas estórias caricaturais da África não existem corporações multinacionais e *“if one were to trust the western press, there are no social movements, unions, student activists, political parties, intellectuals, writers, or artists worth mentioning”* (Crawford, 1996:33). Essa leitura depreciativa da diferença nos condiciona a focar apenas a natureza tradicional e violenta das sociedades pós-coloniais, as quais passam a ser vistas como meros entraves para os esforços da ONU de reconstrução e modernização dos seus Estados; o que inibe, por sua vez, que as mesmas sejam incluídas como co-participantes desse processo. Nesse sentido, segundo Brigg (2010:431): *“indigenous and marginalised people remain, as in the colonial era, peoples without king, law, or history”*

Se, por um lado, criticamos aqui as tendências contemporâneas da literatura sobre as “novas” operações de paz no sentido de associar o “local” com a “tradição” e, por tabela, com a “regressão”, a “desordem” e a “violência étnica”, por outro lado, estamos cientes do risco inverso, a saber, o de romantizar e enaltecer o “local” (Lidén, 2009; Kaplan, 2009; Richmond, 2010; Mac Ginty, 2010). Abandona-se, portanto, a associação usual entre o “global” e a dominação e entre o “local” e a resistência, uma vez que, tal como nos mostra Darby (1996), o “global” passa a residir no marco do “local”. Embora convenientemente negligenciada, por meio de histórias seletivas, a presença do “global” no “local”, para Darby (1996), é um tributo do envolvimento colonial na reconfiguração das identidades locais, o qual, muitas vezes, foi responsável pelo acirramento da identificação étnica e comunal.

O reconhecimento do “global” no “local”, portanto, faz com que não possamos mais traçar uma linha fixa clara entre o doméstico, aquilo que se passa no âmbito das fronteiras somalis, por exemplo, e os processos globais. Tais processos passam a ser cúmplices da recente eclosão de violência nas sociedades pós-

coloniais, a qual é, conforme mostrado, usualmente vista como um problema endógeno.

A denúncia pós-colonial do logocentrismo e da tendência à depreciação da diferença subjacente ao discurso dos atores ocidentais que hoje vem se colocando a frente das “novas” operações de paz contribui para desestabilizar a alegada natureza inédita, progressiva, humanitária e inclusiva das mesmas. Essas operações, conforme esse ensaio veio argumentando, continuam norteadas por uma velha lógica modernizadora que, tal como ocorria à época colonial, continua dividindo os seres humanos em estágios definidos pelo Ocidente e, a partir de tal classificação, criando as condições de possibilidade para intervenções cada vez mais intrusivas nas suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albright, Madeleine K.: “Yes, There Is a Reason to Be in Somalia”, *The New York Times*, August 10, 1993.

Appadurai, Arjun: “Putting Hierarchy in Its Place”, *Cultural Anthropology*, vol.3, n.1, February 1988.

Besteman, Catherine: “Representing Violence and ‘Othering’ Somalia”, *Cultural Anthropology*, vol. 11, n. 1, 1996.

_____: *Unraveling Somalia. Race, Violence, and the Legacy of Slavery*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1999.

Bhabha, Homi: *O Local da Cultura*, Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1997.

Brigg, Morgan: “Culture Challenges and Possibilities”, In: Richmond, Oliver (ed.), *Palgrave advances in peacebuilding*, Palgrave Macmillan, 2010.

Burgess, John: “Courting Somalia's Clan Elders. System Represents Sole Government”, *The Washington Post*, March 28, 1993.

Bush, George H.W.: “Address on Somalia”, December 4, 1992. Disponível online no Miller Center of Public Affairs, University of Virginia: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/3984>

Burton, Isabel (ed), *First Footsteps in East Africa by Captain Sir Richard F. Burton*, Tylston and Edwards, London, 1984.

Call, Charles; Cook, Susan. "On Democratization and Peacebuilding", *Global Governance*, vol.9, April 2003.

Clinton, Bill: "Address on Somalia", October 7, 1993. Disponível online no Miller Center of Public Affairs, University of Virginia: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4566>

Costa, Sérgio: "Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, n. 60, 2006.

Crawford, Neta: "Imag(in)ing Africa", *Politics*, vol. 1, n. 2, 1996.

Darby, Phillip: "A disabling discipline", In: Christian Reus-Smith; Duncan Snidal (eds) *The Oxford Handbook of International Relations*, Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____ : "Pursuing the Political: A Postcolonial Rethinking of Relations International", *Millennium*, vol. 33, n. 1, 1996.

Darby, Phillip; Paolini, Albert: "Bridging International Relations and Postcolonialism." *Alternatives*, 19, 1994.

Derrida, Jacques: *Posições*, Autêntica Editora, 2001.

Diehl, Paul F.: *International Peacekeeping*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1994 ("UN Operation in Somalia": 184-190).

Editorial Desk, "Help Needed for Forsaken Somalia", *The New York Times*, February 9, 1992.

Gregory, Sophronia Scott: "How Somalia Crumbled", *Time Magazine*, December 14, 1992.

Hempstone, Smith: "Thinking Three Times Before You Embrace the Somali Tarbaby. An ambassador's warning" (excerpts from U.S. Ambassador to Kenya), *U.S. News & World Report*, Posted 12/06/1992.

Jabri, Vivienne: "War, Government, politics: a critical response to the hegemony of the liberal peace", In: Richmond, Oliver (ed.), *Palgrave advances in peacebuilding*, Palgrave Macmillan, 2010.

Kansteiner, Walter H.: "Africa in the 1990s", In: Azrael, Jeremy R., Emil A. Payin. *U.S. and Russian Policymaking With Respect to the Use of Force*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 1996. http://www.rand.org/pubs/conf_proceedings/CF129.

Kaplan, Seth: “Rethinking state building: Fixing fragile states”, *The Brokes*, 16:12, 2009 (disponível em: <http://www.thebrokeronline.eu/en/articles/>).

Kapoor, Ilan: “Acting in a tight spot: Homi Bhabha’s postcolonial politics”, *New Political Science*, vol. 25, n. 4, 2003.

Krauthammer, Charles: “U.S. Effort, U.S. Terms”, *The Washington Post*, December 18, 1992.

Krishna, Sankaran: *Globalization & Postcolonialism. Hegemony and Resistance in the Twenty-first Century*, Rowman & Littlefield, 2009.

Lidén, Kristoffer: *Peace, Self-Governance and International Engagement: A Postcolonial Ethic of Liberal Peacebuilding*. Working Paper prepared for the ISA convention, New York, 14-18 February 2009.

Mac Ginty, Roger: “Gilding the lily? International support for indigenous and traditional peacebuilding”, In: Oliver Richmond (ed.), *Palgrave advances in peacebuilding*, Palgrave Macmillan, 2010.

Manzo, Kate: “Critical Humanism: Postcolonialism and Postmodern Ethics”, In: *Moral Spaces. Rethinking Ethics and World Politics*, Regents of the University of Minnesota, 1999.

Nelan, Bruce H., Mcallister, J.F.O., Mutiso, Clive: “Somalia: a very private war”, *Time Magazine*, January 14, 1991.

Paris, Roland: *At War's End: Building Peace After Civil Conflict*, Cambridge University Press, 2004.

_____ : “International Peacebuilding and the Mission Civilisatrice”, *Review of International Studies*, vol. 28, n. 4, 2002.

_____ : “Peacebuilding and the Limits of Liberal Internacionalism”, *International Security*, vol. 22, n.2, 1997.

Perlez, Jane: “THE WORLD; Somalia Self-Destructs, And the World Looks On”, *The New York Times*, December 29, 1991

Petterson, Scott: *Me Against My Brother. At War in Somalia, Sudan, and Rwanda. A Journalist Reports from the battlefields of Africa*, Routledge, New York, London, 2000.

Richburg, Keith B.: “Can Battered Somalia Be Pieced Back Together?”, *The Washington Post*, September 24, 1992.

_____ : “Somalia's Front-Line Heroes. Relief Workers Strive to Help Amid Chaos”, *The Washington Post*, October 5, 1992.

_____: “Clan Feuds Fuel Somalia's Troubles; Rival Territorial Claims Will Complicate Pacification Efforts”, *The Washington Post*, December 9, 1992.

Richmond, Oliver: ‘Resistance and the Post-Liberal Peace’, *Millennium, Journal of International Studies*, vol. 38, n. 3, May 2010.

Sahnoun, Mohamed: *Somalia: The Missed Opportunities*, United States Institute of Peace, Washington, 2005.

Sly, Liz: “War, Chaos Spawned Somalia’s Starvation”, *Chicago Tribune*, December 09, 1992.

Tripodi, Paolo: *The Colonial Legacy in Somalia. Rome and Mogadishu: from Colonial Administration to Operation Restore Hope*, Macmillan Press, 1999.

Wright, Robin: “Clan Rivalries May Hinder U.S. Goals in Somalia”, *Los Angeles Times*, October 11, 1993.